

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: ‘Espólio’ da Eletrobrás já causa disputa](#)..... 5

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras vai interligar com fibra óptica 36 plataformas de petróleo 2	
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Angra 3, e o que virá em 2018? 4	
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: ‘Espólio’ da Eletrobrás já causa disputa..... 5	

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez e Bruno Rosa****Título: Petrobras vai interligar com fibra óptica 36 plataformas de petróleo**

Megaprojeto para conectar pré-sal prevê investimentos de até R\$ 1,2 bi

Uma licitação da Petrobras para conectar as plataformas do pré-sal com transmissão de dados em altíssima velocidade promete agitar o setor de telecomunicações. A estatal vai lançar no início de fevereiro uma concorrência para escolher o fornecedor que será responsável por construir, instalar e operar o sistema de fibra óptica que vai interligar até 36 unidades de produção de petróleo nas bacias de Santos e de Campos. De acordo com fontes do setor, o investimento pode oscilar entre US\$ 300 milhões e US\$ 400 milhões (entre R\$ 963 milhões e R\$ 1,2 bilhão).

A licitação é considerada a maior no setor de telecomunicações a ser realizada no país neste ano, de acordo com analistas da área. O projeto da Petrobras prevê construir uma rede com extensão de cerca de 1.700 quilômetros de fibra óptica, em um contrato de operação de 20 anos. A licitação permitirá a criação de consórcios formados por investidores, como fundos de pensão, fabricantes de equipamentos e operadores de telecomunicações.

Segundo uma fonte, pelo menos dez companhias já estão de olho no negócio, como fabricantes de equipamentos de Alemanha, Estados Unidos e China, além de operadoras brasileiras, como Embratel, do grupo mexicano América Móvil. Também são esperadas empresas japonesas.

Segundo Eberaldo de Almeida Neto, gerente-executivo de Suprimento de Bens e Serviços da Petrobras, para a licitação, foi desenvolvido um novo modelo de contratação que visa a redução de custos. Uma das mudanças é que, em vez de a estatal ser a dona da rede, ela vai alugar os serviços de conexão de dados.

— A ideia é ver o que faz sentido para o mercado. Esse modelo é diferente do formato anterior, quando a Petrobras era a dona da fibra óptica, como ocorreu na Bacia de Campos. A partir de agora, o vencedor da licitação vai fazer a construção da fibra, o lançamento no mar e a comunicação da rede. A Petrobras não será a dona da rede. Ela vai alugar o serviço — explicou Almeida Neto.

ALUGUEL DE REDE OCIOSA

Assim, para reduzir ainda mais os custos, o consórcio vencedor vai poder alugar espaço nessa rede de fibra óptica para outras empresas que precisem de dados

de conexão, como sondas de exploração, navios em geral, como cruzeiros, e até para profissionais que trabalham embarcados.

— Antes, a Petrobras acabava pagando pela ociosidade dos cabos. Agora, o vencedor da licitação vai poder alugar o espaço livre para outras companhias. O contrato será de 20 anos — destacou Almeida Neto.

O edital vai prever a criação de consórcios, permitindo a parceria de fundos de investimento e de pensão, além de operadores de telefonia.

— É um investimento de longo prazo. Para formar os consórcios, as empresas terão que mostrar que têm capacidade para operar e investir no projeto — informou Almeida Neto.

Edmar Almeida, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista em óleo e gás, explicou que as tecnologias cada vez mais avançadas usadas pela indústria do petróleo exigem que as empresas processem um número gigantesco de informações em tempo real. Uma plataforma de petróleo, por exemplo, produz milhares de dados a cada segundo e, por isso, é fundamental o uso de fibra óptica. Esta permite coletar informações sobre todas as atividades nas plataformas em tempo real.

— Uma plataforma é uma grande fábrica de química, gerando um volume tal de informações a cada segundo, que isso não consegue ser tratado apenas por computadores. Somente com um sistema de fibras ópticas — explicou Almeida.

E a tendência, disse ele, é que a tecnologia ganhe cada vez mais atenção: — A quantidade de dados que é gerada em um poço que está operando é monstruosa, e tudo em tempo real. Aumentar a capacidade de processar rapidamente esse volume de informações reduz os custos das companhias.

IMPULSO AO SEGMENTO

O último grande negócio envolvendo cabos submarinos no Brasil ocorreu quando a O1 vendeu sua rede, a Globe-Net, com extensão de 22,5 mil quilômetros, para o BTG por R\$ 1,7 bilhão em 2013. Além disso, no ano passado, a Angola Cables iniciou a instalação do cabo submarino de fibra óptica que vai ligar Ceará e Angola. Com 6.200 quilômetros de extensão, o projeto foi orçado em cerca de US\$ 300 milhões.

Segundo um consultor em infraestrutura de telecomunicações, o projeto da Petrobras é de maior complexidade por envolver a conexão de diversas plataformas de petróleo. Além disso, o mercado acredita que a licitação pode

dar impulso extra ao segmento, que foi bastante afetado pela crise econômica, com a redução de projetos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Tendências | Debates

Autor: Chico Whitaker

Título: Angra 3, e o que virá em 2018?

Cresce a pressão pela retomada da obra de Angra 3. Contratada em 1983, parou poucos anos depois. Reiniciada em 2010, foi novamente interrompida em 2016, por dificuldades financeiras e pela corrupção. Esse problema deve ter sido considerado superado com a condenação, na Lava Jato, do então presidente da Eletronuclear. E para seu financiamento há ofertas do lobby nuclear que corteja, via russos e chineses, os países desavisados dos riscos dessa tecnologia.

A Eletronuclear multiplica gestões em Brasília e promove seminários para obter apoios: em 4 de dezembro em Angra dos Reis (RJ), em 18 de dezembro em Resende (RJ).

Mais uma vez, a obra se reinicia, ignorando-se que o projeto é obsoleto quanto à segurança, como ocorreu em 2010? Nem o MP vai intervir, como fez, sem sucesso, em 2010?

Elaborado nos anos 70, na ditadura, evidentemente não podia levar em conta o acidente de tipo novo, até então considerado impossível, ocorrido no final daquela década, em 1979, em Three Mile Island, nos Estados Unidos. "Falhas múltiplas" levaram ao descontrole da temperatura, e o reator fundiu.

Tais acidentes podem provocar uma catástrofe, como se verificou em 1986 na União Soviética. A usina de Tchernobyl explodiu, espalhando partículas radioativas, com grandes territórios interditados por centenas de anos para a presença humana e milhares de pessoas evacuadas sem levar nada.

A radioatividade provocou grande número de mortes, muitas gerações serão ainda afetadas. Uma nuvem radioativa cobriu toda a Europa, e o Brasil importou leite radioativo da Irlanda...

A Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) editou normas para evitar tais acidentes ou pelo menos mitigar seus efeitos. O que se exigiria de nossas autoridades? Adequar o projeto de Angra 3 a essas normas. Foi o parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), que deveria licenciar a obra. Mas o parecer foi simplesmente engavetado, e a licença concedida.

Um terceiro acidente desse tipo ocorreu em 2011, no Japão, em Fukushima, com a fusão de três reatores e consequências como as de Tchernobyl. Nem assim aqui no Brasil foi revista a decisão de reiniciar a obra sem readequar o projeto.

Em seminário internacional em 2016, no Senado Federal, um assessor ministerial em segurança nuclear, da Alemanha, disse que a usina de referência de Angra 3 é a similar de Grafenrheinfeld, em seu país, que foi uma das primeiras desativadas quando seu governo abandonou a opção nuclear. Segundo ele, hoje, na Alemanha, uma usina como Angra 3 nunca seria licenciada, por uma questão de segurança.

Há relação entre a grave irresponsabilidade da Cnen e a corrupção? O ex-presidente da Eletronuclear foi condenado sob a acusação de receber propina da Andrade Gutierrez, construtora contratada, para obter aditivos ao contrato de 1983.

Revisto o projeto, ela perderia esse contrato. O esforço de reconstrução da imagem desse ex-presidente —um herói nacional vítima de interesses estrangeiros!— seria uma cortina de fumaça?

Não surpreenderá que no Plano Nacional do setor nuclear, em elaboração, Angra 3 ganhe prioridade, com o mesmo projeto. Na infelicidade de algo ocorrer, as vítimas serão os moradores da região e também os do Rio ou de São Paulo, segundo queiram os ventos... Que em 2018 não permaneçamos silenciosos! É uma exigência de cuidado com a vida humana.

CHICO WHITAKER, 86, cofundador do Fórum Social Mundial, é membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz e da Coalizão por um Brasil Livre de Usinas Nucleares

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / Brasília

Título: 'Espólio' da Eletrobrás já causa disputa

Setores do governo defendem criação de agência para assumir programa de conservação de energia; Ministério do Planejamento é contra

A privatização da Eletrobrás já começou a provocar disputa no governo em torno de seu "espólio". Com orçamento de R\$ 100 milhões anuais, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) pode ser assumido por uma estrutura governamental a ser criada, a Agência de Desenvolvimento

Energético (ABDE). A agência também assumiria as funções do Conpet, programa de combate ao desperdício de recursos naturais não renováveis, tocado pela Petrobrás.

A defesa da nova agência, que teria sede no Recife, foi feita pelo secretário de Planejamento do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, o pernambucano Eduardo Azevedo, em reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A agência seria uma autarquia, a exemplo da Apex, para promoção de exportações e investimentos, e da ABDI, que desenvolve ações sobre a política industrial. Essa iniciativa, porém, enfrenta resistências dentro do governo.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o Ministério do Planejamento é contra a proposta e avalia que os programas podem ser assumidos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que tem entre suas atribuições a prestação de serviços na área de estudos sobre eficiência. No projeto de lei de privatização da Eletrobrás, o governo retirou o Procel das atribuições da companhia e o colocou sob responsabilidade do Poder Executivo. Porém, não definiu qual órgão ficaria com o programa.

Recursos. Os recursos que financiam o Procel vêm de um encargo pago pelas concessionárias de distribuição de energia, que são obrigadas a aplicar anualmente 0,2% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética. Atualmente, isso rende em torno de R\$ 100 milhões anuais. Entre os projetos estão o Selo Procel, que identifica eletrodomésticos eficientes, e programas de uso eficiente de energia em construção civil, edificações, comércio, indústria, governo e iluminação pública.

Em muitos casos, as distribuidoras usam o dinheiro para doar eletrodomésticos e lâmpadas eficientes para clientes de baixa renda para enquadrar seu consumo nos critérios do subsídio do programa Tarifa Social. Isso reduz a inadimplência para as companhias. O Selo Conpet indica ao consumidor os veículos e equipamentos como fornos, fogões e aquecedores com maior eficiência energética. Até a publicação desta reportagem, a Petrobrás não havia informado o orçamento e a origem dos recursos do programa.

Na reunião do CNPE, a secretaria de Planejamento do MME defendeu que a agência seria um arcabouço mais eficaz para gerir os programas do que Eletrobrás e Petrobrás. "Os recursos atualmente previstos para o Procel passam a ser administrados pela ABDE", sugere apresentação feita pelo ministério, que inclui a possibilidade de captação externa de recursos com órgãos nacionais e internacionais e doações voluntárias de agentes do setor de energia, petróleo e gás.

Presente na reunião, o ex-reitor da Universidade de Brasília Ivan Camargo, representante das universidades no CNPE, foi um dos que se manifestaram contra a proposta. "No momento de desequilíbrio fiscal em que o País está, a postura do governo deve ser radical de que não pode gastar mais do que ganha e contrária à criação de novas agências ou empresas públicas", disse ele, para quem as funções dos programas poderiam ser absorvidas pela EPE.

O Planejamento informou que apoia a discussão da criação de um serviço social autônomo, mas entende que não se deve criar uma nova estrutura no governo, mas sim transformar e fortalecer as já existentes. A Eletrobrás informou que o destino do Procel é decisão do governo, a ser tratada no projeto de lei de privatização da companhia. O MME, a Petrobrás e a EPE não se manifestaram.

MME / ASCOM .